

SUMÁRIO

PREFÁCIO	5
AGRADECIMENTOS	15
INTRODUÇÃO	21
Os objectivos e as questões de partida	22
A regulamentação e os conflitos	23
A abordagem dos arquivos	23
A contenção descritiva das fontes	25
A reestruturação corporativa	26
A persistência do corporativismo no regime democrático	27
PARTE I – ANTECEDENTES INSTITUCIONAIS E GÊNESE DO CORPORATIVISMO	
1. Antecedentes institucionais. Da «Companhia» à criação do Entreposto de Gaia – em busca do equilíbrio	30
1.1. A importância do vinho do Porto desde finais do século XVII	30
1.2. A cidade do Porto e a dimensão do vinho generoso do Douro na sua economia	32
1.3. Ascensão e queda da «Companhia»	33
1.4. O modelo liberal	36
1.5. A reforma de João Franco e a demarcação de 1907	42
1.6. A demarcação de 1908	43
1.7. A organização pré-corporativa do sector	45
1.8. A Comissão de Viticultura da Região do Douro	48
1.9. O papel da Associação Comercial do Porto	50
1.10. A criação do Entreposto do Vinho do Porto em Gaia (1926)	52
1.11. A (difícil) coexistência de vinhos de pasto e do Porto no Entreposto	56
1.12. Fiscalização e combate à fraude	57
1.13. A área do Entreposto	61
1.14. Síntese dos modelos aplicados	63
2. O contexto em que surge o corporativismo	68
2.1. Efeitos da «crise de 1929» na economia portuguesa	68
2.2. A crise de 1929 e o Vinho do Porto	70
2.3. Ecos da «Grande Depressão» no advento do Industrialismo	71
2.4. Os anos trinta social e economicamente	73
2.5. A natureza do regime	75
2.6. As forças em presença: o Estado como árbitro dos agentes económicos e sociais	81
3. O «Triângulo Corporativo»	93
3.1. A criação da Federação Sindical dos Viticultores da Região do Douro – «CASA DO DOURO»	93
3.2. A criação dos Grémios	99
3.3. As Adegas Cooperativas	101
3.4. A organização do Comércio: O Grémio dos Exportadores de Vinho do Porto – GEVP	103
3.5. Extinção de organismos	106

4. O Instituto do Vinho do Porto	107
4.1. O modelo orgânico do IVP: primeiro «ensaio» da tutela corporativa	117
4.2. Comissão de Superintendência	117
4.3. Conselho Geral	118
4.3.1. Primeira reunião do Conselho Geral: a questão do benefício e do rateio da aguardente	119
4.4. Apreciação ao Decreto-lei n.º 26.914 de 22-08-1936	120
5. Os primeiros passos do IVP	122
5.1. Em busca do equilíbrio de forças. A acta do «Auto de Posse» da Direcção	122
5.2. A primeira reunião da Direcção	123
5.3. Os primeiros dirigentes do Instituto: Homens, desígnios e acções	126
5.3.1. Ricardo Spratley	126
5.3.2. O conceito de corporativismo de Costa Lima	127
5.4. Organização dos serviços	136
5.4.1. Primeira Divisão	137
5.4.2. Laboratórios	138
5.4.3. Pessoal	139
5.4.4. Câmara de Provedores	139
5.5. As relações com os parceiros do sector	140
5.5.1. A sintonia com o Grémio	140
5.5.2. As «fricções» com a Casa do Douro	142
5.5.2.1. A difícil gestão dos equilíbrios	146
5.5.3. Revisão da área de produção de vinhos generosos do Douro	149
5.6. A promoção e defesa do Vinho do Porto	150
5.6.1. O IVP e a Liga Internacional dos Adversários da Proibição	154
5.6.2. Proposta de monopólio na América	155
5.6.3. A mudança de Direcção e o reforço da intervenção	156
5.6.4 O Bar do Estoril	157
5.6.5. A Exposição Internacional de Paris de 1937	160
5.7. A acção do IVP no plano interno	162
5.7.1. A acção do Conselho Geral	162
5.7.2. A questão do «benefício»	163
5.7.3. Normas para as compras feitas na vindima, segundo a «Lei do Terço»	166
5.7.4. Fixação do quantitativo da aguardente a ratear	168
5.7.5. O problema do fornecimento da aguardente provinda de fora da Região do Douro e o papel da Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal	169
5.7.6. O papel interventivo do Conselho Geral do IVP	171
5.7.7. Beneficiação de moscatéis	182
5.7.8. Vindima de 1937	183
5.7.9. Admissão de novos exportadores	187
5.7.10. O problema das cauções	188
5.7.11. Questões do mercado interno	191
5.7.12. Os impostos no mercado interno	191
5.7.13. A acção reivindicativa do IVP	192
5.7.14. Demarcação e Cadastro	193
5.8. Fiscalização e controlo da qualidade	194
5.8.1. A repressão da fraude	195
5.8.2. Falsificações e denúncias	197
5.9. A exportação do vinho do Porto e o Certificado de Origem	198
6. A gestão do IVP na década de trinta	200
6.1. A gestão nos anos trinta	200

6.1.1. A Conta de Gerência do Instituto, relativa a 1933	200
6.1.2. A Conta de Gerência do Instituto, relativa a 1936	202
6.1.3. As dificuldades financeiras do IVP	204
6.1.4. Os condicionamentos dos Planos de Trabalhos	207
7. Especificidades do corporativismo no sector do vinho do Porto	209
7.1. Auto-regulação regional: a vontade dos «Paladinos»	209
7.2. Uma vitória de Pirro	211
7.3. A natureza intervencionista do regime	215

PARTE II – O VINHO DO PORTO: DA ECONOMIA DE GUERRA À RECUPERAÇÃO

1. O mercado externo do vinho do Porto nas vésperas da II Guerra Mundial	218
1.1. O comércio externo do vinho do Porto, depois da crise de 1929	218
1.2. Principais mercados	222
1.2.1 O mercado britânico	222
1.2.2. O mercado francês	224
1.2.3. O mercado norueguês	225
1.2.4. O mercado alemão	226
1.2.5. O comportamento dos outros mercados	226
1.2.6. O mercado norte-americano	227
1.2.7. O mercado brasileiro	228
1.2.8. O mercado nacional	228
1.3. Os esforços do IVP na promoção externa e combate às fraudes	230
2. O fim da II Guerra Mundial e a recuperação europeia	233
2.1. Uma Economia de Guerra e as variações da balança comercial	234
2.2. A II Guerra Mundial e a quebra das exportações	235
2.3. O regresso da agitação social	239
2.4. A necessidade de mudanças	240
2.5. O começo do desenvolvimento económico	240
3. O sector do Vinho do Porto: da recessão à recuperação	246
3.1. Da Produção à Exportação	246
3.2. Os interesses corporativos	251
3.2.1. O corporativismo na visão da Casa do Douro	254
3.2.2. O vinho do Porto e os vinhos do Sul	258
3.2.3. Os «atritos» com o Grémio	260
3.3. A abertura ao exterior: começo da recuperação económica	278
3.3.1. O ingresso de Portugal na EFTA	280
3.3.2. EFTA e CEE: dois mercados distintos	281
3.3.2.1. Os mercados de vinho do Porto em 1965	283
4. A acção do IVP	288
4.1. As dificuldades financeiras do IVP	288
4.1.1. A contracção de empréstimos pelo IVP	289
4.1.2. A desilusão no seio da Direcção do IVP	298
4.1.2.1. O «doloroso» depoimento de Mário Bernardes Pereira	298
4.1.2.2. O Tribunal de Contas: «dura lex sed lex»	304
4.2. Actas das Contas de Gerência – as contradições do regime	310
4.3. A preocupação de Costa Lima	312
4.4. O rompimento de Costa Lima	314
4.5. Mercado e Propaganda do vinho do Porto nas décadas de cinquenta e sessenta	317
4.6. O IVP e a Propaganda: como fazer omeletas sem ovos?	332
4.6.1. Reflexos da propaganda no mercado interno	345

4.7. As publicações do IVP	349
4.7.1. Características e evolução dos ANAIS: da história às técnicas	351
4.7.2. As publicações estatísticas e informativas do IVP	351
4.7.3. Outras publicações informativas	360
4.8. O apoio à investigação	361
4.8.1. Mecenato Cultural «travado» pelo Tribunal de Contas	361
4.9. As actas do IVP e alguns dos seus «enigmas»	364
4.9.1. As Actas da Direcção	364
4.9.2. As Actas da Comissão de Superintendência e do Conselho Geral	368
4.10. Significado e impacto do Selo de Garantia	369
PARTE III – O FIM DO CORPORATIVISMO	373
1. Fim do Estado Novo e transição para a democracia	374
1.1. A economia nos derradeiros anos do regime	374
1.2. Aberturas e recuos do «marcelismo»	377
2. A situação dos mercados	386
2.1. O mercado externo do vinho do Porto nas décadas de sessenta e setenta	386
2.2. A expansão das exportações (1980-1995)	393
2.2.1. Análise à exportação e comercialização por mercados (1974-1995)	400
Mercados mais importantes	400
França	400
Bélgica-Luxemburgo	401
Holanda	402
Reino Unido	403
República Federal da Alemanha	404
Itália	405
Dinamarca	406
Estados Unidos da América	407
Suíça	408
Suécia	409
Espanha	410
Outros mercados 1989-1995	412
Irlanda	412
Canadá	412
Japão	413
Brasil	413
Noruega	414
2.3. A expansão do mercado interno – 1974-1995	414
2.4. 1993: o ano da mudança	425
3. As ausências de consensos no sector	430
4. O fim do triângulo corporativo (1974-1995)	432
4.1. As contradições do sistema e os «vícios» do sector	435
4.2. A reorganização da Região do Douro	438
4.3. A CEE e a necessidade da adequação	443
5. O IVP entre 1974 e 1995	445
5.1. O Instituto do Vinho do Porto reforça meios e competências	445
5.2. A acção promocional do vinho do Porto	447
5.3. Problemas da exportação	449
5.4. Resistências à reorganização do sector	451
5.5. A demissão de Leopoldo Mourão	453

6. A intervenção estatal: breve balanço	458
6.1. Os interesses do Estado e a reestruturação do sector	460
7. A Comissão Interprofissional da Região Demarcada do Douro (CIRDD) ou a aposta nos consensos (1993-1998)	463
7.1. A “Concepção” da CIRDD – o IVP na «grelha de partida»	463
7.2. A sintonia governamental	467
7.3. Os avanços e recuos da legislação	470
7.4. Oposições e contradições	472
7.4.1. «Vozes» e «Políticas» da Produção	472
7.4.2. A «voz» do Comércio	476
7.5. O «parto» da CIRDD – A nomeação dos membros da Comissão Instaladora	477
7.6. Os «primeiros passos» da Comissão Instaladora	480
7.7. A gestão das tensões no seio da Comissão Instaladora	484
7.8. O cerne do problema: a questão do «cadastro»	486
7.9. Finalmente, o «fumo branco»	488
7.10. O problema da representatividade	490
8. O fim da CIRDD e o novo figurino (2003-2007)	492
9. Conclusão	497
FONTES E BIBLIOGRAFIA	507
Fontes	508
Fontes manuscritas e dactilografadas	508
Fontes Impressas	508
<i>Publicações Oficiais</i>	508
<i>Publicações Periódicas</i>	508
Estudos	509